

Decisões polêmicas no Senado

Dois assuntos da maior relevância e altamente polêmicos serão examinados pelo Senado, a partir de hoje, em caráter decisivo. O primeiro deles é o controvertido projeto dos portos, que depois de aprovado pela Câmara, como que empacou no Senado, em virtude da resistência a ele oferecida por dois senadores — Mário Covas e Mansueto de Lavor. O senador Mauro Benevides, presidente do Senado, promete que não haverá mais protelações: submete hoje a matéria ao poder de decisão do plenário. Quem tiver mais votos leva a vitória, fazendo prevalecer seu ponto de vista entre as duas correntes em que se encontram divididos os senadores — uma privatista, outra não admitindo que se retire dos sindicatos dos trabalhadores o poder que atualmente desfrutam nos serviços portuários. O presidente do Senado ficou impressionado com os aplausos que recebeu em São Paulo, numa seleta e numerosa platéia de empresários pesos-pesados, ao garantir que hoje, seja qual for o resultado a ser obtido, haverá uma decisão. Suas palavras foram acolhidas com quase cinco minutos de palmas, o que o deixou vivamente impressionado.

O segundo assunto polêmico a ser submetido hoje ao voto do plenário do Senado é o projeto, originário da Câmara, que

regulamenta o plebiscito de 21 de abril deste ano. O senador Marco Maciel, presidente da Frente Presidencialista, viajou ontem a São Paulo para participar de um debate com o senador José Richa, presidente da Frente Parlamentarista. Em rápida passagem por Brasília, Maciel obteve a segurança de que suas emendas, modificando o projeto de regulamentação do plebiscito, serão votadas hoje pelo Senado. Maciel não aceita a cédula de votação contida no projeto do Senado. Acha que o modelo de cédula proposto é inconstitucional, porque induz o eleitor a se manifestar a favor do parlamentarismo. Frisa que nas disposições constitucionais transitórias, em seu artigo 2º, ficou estabelecido que no plebiscito o eleitor será chamado a se pronunciar sobre forma (república ou monarquia) e sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), o que não foi atendido na cédula agora sugerida. Do mesmo modo, contestam os presidencialistas os critérios adotados, ao ser reservado no rádio e na televisão, para propaganda, na fase que precederá o plebiscito, espaço apenas para difusão das idéias relacionadas com monarquia, parlamentarismo e presidencialismo. Alegam que a república foi omitida, não dispondo de meios para ser defendida sua necessidade junto à opinião pública nacional.

O ajuste fiscal

O ajuste fiscal é matéria de tal delicadeza política que o deputado Roberto Freire, líder do Governo, não se sente em condições de assegurar que o projeto do governo, que trata sobre o assunto, seja votado hoje e amanhã pela Câmara, embora reconheça que a tendência seja esta. O deputado Roberto Freire criticou o deputado Delfim Netto, do PDS, por suas recentes sugestões so-

bre aproveitamento das reservas cambiais, declarando que ele não é paradigma para o País, tendo em vista, segundo alegou, que ao tempo em que esteve no poder não deu solução aos problemas com os quais agora nos defrontamos. E mandou mais alguns mísseis em direção a Delfim, afirmando que se estivesse no poder ele não faria a proposta que agora formulou.

Apoio do ministro Haddad

Num almoço que teve ontem com o senador cearense Beni Veras, do PSDB, o ministro Paulo Haddad prometeu dar todo apoio às conclusões de co-

missão instituída pelo Senado, destinada a propor correções aos graves problemas de desníveis de renda observados entre várias regiões do País.

Os militares e o parlamentarismo

Um ministro da área militar não gostou, porque não entendeu sua lógica, do modelo de parlamentarismo que se pretende aplicar no Brasil, nos termos de um anteprojeto que chegou às suas mãos, enviado pelo senador

José Richa. Os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica permaneceriam subordinados ao Presidente da República, mas o ministro da Defesa estaria submetido à autoridade do primeiro-ministro.

Lançamento de Inocêncio

Com a presença de vários governadores e líderes de partidos que apóiam seu nome, o deputado Inocêncio de Oliveira, do PFL, terá amanhã formalmente lançada sua candidatura à presidência da Câmara. Por outro lado, seu concorrente, Odacir Klein, do PMDB, diz que não pretende que o eleitor “pegue

pelo braço” o deputado e o induza a votar num determinado candidato à presidência da Câmara. No entanto, acha salutar que a sociedade acompanhe de perto não só a eleição do presidente da Câmara como o andamento, no Congresso, dos projetos mais importantes.

Candidato do PFL

Diante da constatação de que até o momento o PFL não possui um nome para disputar as eleições presidenciais, o deputado piauiense Paes Landim sugere que a legenda seja oferecida

ao governador Hélio Garcia, de Minas, para ser o candidato. Embora eleito pelo PRS, que desapareceu, Garcia está no momento sem compromisso com qualquer sigla partidária.